

TERRITÓRIOS

O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE



10 ANOS DE LUTA ESSA HISTÓRIA NÃO SE ROMPE

Rompimento da barragem de Fundão completa 10 anos. Atingidos e atingidas relembram histórias de luta e esperança. (Págs. 07, 08, 09 e 10)

AGENTES
MULTIPLICADORES
AMPLIAM DEBATES
SOBRE PROJETOS
COMUNITÁRIOS NO
MÉDIO RIO DOCE

Pág. 03

NOVO ACORDO RIO
DOCE: PROGRAMA
PARA MULHERES
É CONQUISTA DAS
ATINGIDAS

Págs. 04 e 05

AEDAS INICIA NOVO
CICLO DE ATUAÇÃO ÀS
PESSOAS ATINGIDAS
DO MUNICÍPIO DE
BARRA LONGA

Págs. 12 e 13

MAPEAMENTO
DE POVOS E
COMUNIDADES
TRADICIONAIS DO
MÉDIO RIO DOCE

Pág. 14

SUMÁRIO

Editorial 02

Agentes Multiplicadores
ampliam debate 03

Programa para Mulheres 04 e 05

Nossa história de mobilização 06

Especial 10 Anos 07 a 10

Calendário Cultural 11

Informe Barra Longa 12 e 13

Mapeamento de PCTs 14

Esferas de Participação 15

Contracapa 16

EXPEDIENTE

Programa Médio Rio Doce

Grupo de Trabalho Institucional Aedas
Cauê Melo Vallim
Carlos Henrique Prado
Luis Henrique Shikasho
Marjana Lourenço**Direção Coletiva**Brenda Ferreira
Henrique Lacerda
Rayssa Neves**Equipe de Comunicação**Glenda Uchôa (coord.), Camila Quintana,
Luciano Alvim, Matheus Santos, Samuel
Ambrósio e Thiago Matos**Diagramação**

Matheus Santos e Samuel Ambrósio

Edição

Glenda Uchôa

Revisão

Glenda Uchôa e Henrique Lacerda

Apoio e Contribuições**Eixo Marcadores Sociais da Diferença:**
Camila Ribeiro (coord.)**Equipe de Povos e Comunidades
Tradicionais (PCTs):**
Gabriela Azevedo (coord.), Esdras Cordeiro
e Urania Neves**Equipe de Saúde:**Élida Dias Cândido (coord.), Alane
Menezes, Camile Veiga e Daniel Silva**Equipe de Raça e Gênero:**Ariana Mara (coord.), Ana Luiza, Renata
Arruda, Helena Joaquina e Cleidineide de
Jesus**Equipe de Patrimônio Cultural,
Esporte, Lazer e Educação (PCELE):**Isabela Moraes (coord.), Carine Guedes e
Sabrina Canuto**Equipe Técnica de Barra Longa**Emílio Pio (com.) e Viviane Freitas (coord.
Participação Social)**Equipe de Situações de Vulnerabilidade**Myrlene Pereira (coord.), Julia Gomes e
Joyce Guedes**Equipe Administrativo/Financeiro:**Leomar Cabral (coord.), Rogivaldo Cabral
(coord.), Cristiane Bessa, Luzineth Alves,
Lorena Marcelino, Maria Chanti, Rafael
Azevedo e Rayanne Cabral**Equipe de Logística:**Rinaldo Cruz (coord.), Diego Maia
(coord.), Matheus Neri, Taismara Silva,
Andreia Dias, Ruth dos Santos, Simone
Norberto e Thiago Domingos.**Apoio da equipe de Mobilização Vale
do Aço e Leste de Minas:**Sarah Suzan(coord.), Yana Lizardo
(coord.), Inara Santos,(coord.) Lauanda
Ribeiro(coord.), Raquel Justino (coord.),
Ilklyn Barbora(coord.), Marcela
Nunes(coord.) e Marcos Ferreira(coord.);**Mob Leste:** Ruthielly Silveira , Larissa
Barbosa e Ingrid Aguilar**Mob Vale:** Mateus Arruda, Mariane
Pereira, Rebeca Gomes e Felipe BarbosaTiragem: 2 mil exemplares
DISTRIBUIÇÃO GRATUITAInstagram: @aedasmg
Facebook: Aedas Rio DoceYoutube: @aedasmg
Site: aedasmg.org/medio-rio-doce

EM 10 ANOS DE LUTA, A HISTÓRIA DAS PESSOAS ATINGIDAS NUNCA SE ROMPEU

Dez anos depois do rompimento da barragem de Fundão, de responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, os danos deixados pelo maior crime socioambiental do país seguem profundos.

As consequências econômicas e sociais nas comunidades ao longo da Bacia do Rio Doce materializam, na vida de quem permanece nos territórios, uma experiência dividida entre antes e depois do desastre-crime. É incontestável: entre vidas e jeitos de viver, muito se perdeu na última década. No entanto, através da história de cada pessoa atingida, muito mais se luta para reconstruir esse caminho.

Dados do Registro Familiar do Programa Médio Rio Doce, coletados junto às famílias atingidas nas regiões do Vale do Aço (Território 3) e Leste de Minas (Territórios 6, 7 e 8), revelam que 89,92% das famílias assessoradas tiveram perda de renda após o rompimento.

A renda média per capita despencou de R\$ 525 para R\$ 178. Uma perda que não é apenas numérica, ela representa o rompimento de modos de vida, de tradições culturais e produtivas.

89,92% das famílias assessoradas tiveram perda de renda após o rompimento. A renda média per capita despencou de R\$ 525 para R\$ 178.

Pescadores(as), agricultores(as), barraqueiras, artesãs e trabalhadores que sustentavam a economia local viram seus meios de subsistência desaparecerem.



Mais de 90% das famílias afirmam querer políticas que garantam empregos, renda e retomada da produção local. As pessoas atingidas lutam por aquilo que sabem que é direito acessar.

As mulheres e jovens, especialmente as mulheres negras, acompanharam o aprofundamento de desigualdades históricas.

Só que os dados também revelam caminhos de esperança. Mais de 90% das famílias afirmam querer políticas que garantam empregos, renda e retomada da



produção local. As pessoas atingidas lutam por aquilo que sabem que é direito acessar.

A luta por soberania popular e valorização das formas tradicionais de viver e trabalhar estão, hoje, como pautas sólidas junto aos movimentos sociais organizados.

O novo acordo de reparação, firmado em 2024 entre o governo federal, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as mineradoras responsáveis, tem marcado também uma nova etapa no processo de reparação.

O desenho das políticas de reparação inclui instrumentos de participação social (Conselhos Federais e Estaduais) que permitem o acompanhamento direto das pessoas atingidas, garantindo maior transparência e controle popular sobre as medidas implementadas. O direito ao instrumento da Assessoria Técnica Independente também está firmado, por mais quatro anos, pelo novo acordo.

Além disso, o Programa de Transferência de Renda (PTR), Projetos Comunitários e Fundos Populares de reparação estão entre demandas históricas e, agora, materializadas neste momento da reparação.

São vivências, entre lutas e conquistas, que a campanha “10 anos de luta. Essa história não se rompe” destaca. Uma década já se passou e outra década virá, com o povo atingido afirmando sua voz, sua memória e seu direito à justiça. Porque não há reparação verdadeira sem que o povo volte a viver do próprio trabalho, de suas águas e de seus territórios. Essa história não se rompe.

AGENTES MULTIPLICADORES AMPLIAM DEBATE SOBRE PROJETOS COMUNITÁRIOS NO MÉDIO RIO DOCE

Os AGMs aprofundam debates que conectam as diversas dimensões da vida comunitária

Reportagem: **Thiago Matos**

A Aedas realizou, nos dias 20 e 23 de setembro, a Reunião de Eixos dos Agentes Multiplicadores (AGMs) do programa Médio Rio Doce, um espaço criado para fortalecer a participação das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão e avançar na construção de projetos comunitários.

“

Eles têm um papel central, são responsáveis por mobilizar, repassar informações e garantir que essas cheguem a outros atingidos

Ao longo das atividades, os AGMs revisitaram as estratégias de pensar os projetos comunitários, compartilharam reflexões sobre o momento atual e se dedicaram ao detalhamento das propostas nos grupos temáticos.

Esse processo tem sido acompanhado pela Aedas, no papel de Assessoria Técnica Independente, que atua na sistematização das demandas e na elaboração coletiva das propostas desde abril, quando foi realizada a primeira reunião de eixos, durante o 2º Encontro de AGMs.

Mais de 80 reuniões de grupos e encontros territoriais ajudaram a consolidar as ideias que agora voltam à mesa para amadurecimento e ajustes.



Reunião dos Eixos Temáticos dos AGM no Leste de Minas Foto: Luciano Alvim

O papel dos Agentes Multiplicadores

Organizados em eixos temáticos como Saúde, Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais, Socioambiental, Reativação Econômica, Assistência Social, e Participação e Controle Social, os AGMs aprofundam debates que conectam as diversas dimensões da vida comunitária, reforçando a visão de que a reparação não se dá em partes, mas de forma integral.

A coordenadora geral de mobilização do Leste de Minas, Yana Lizardo, reforça a importância desses atores na metodologia da Aedas:

“Os agentes multiplicadores são lideranças comunitárias que atuam diretamente nos territórios assessorados pela Aedas. Muitos deles coordenam os GAAs ou participam das comissões territoriais. Eles têm um papel central na nossa metodologia, porque são responsáveis por mobilizar, repassar informações e garantir que essas cheguem a outras pessoas atingidas da Bacia do Rio Doce.”

Rio de Projetos

Ao longo da reunião, foram retomados projetos que já vêm sendo construídos nos territórios. Alguns exemplos ganharam destaque. O assessor técnico da equipe temática Socioambiental, Henrique Alves, explica que a comunidade tem se interessado especialmente por iniciativas ligadas ao acesso à água segura e cisternas.

Os AGMs se dedicaram a responder questões sobre responder questões sobre público-alvo, comunidades atendidas, associações envolvidas e principais desafios de cada proposta. Marcelo Correia da Costa, agricultor do córrego da Oncinha, em Resplendor, aponta os projetos de quintais produtivos como fundamentais para a bacia do Rio Doce.

“Lá em casa a gente já

tem um quintalzinho simples, com banana, milho, mandioca e uma horta. Com certeza, se conseguirmos ampliar a produção, vamos poder comercializar o excedente. Isso ajuda muito na reativação econômica, porque permite gerar renda de forma simples, com a família toda participando. Tudo que vem de tecnologia e de apoio é sempre bem-vindo.”

Para Marcelo, os quintais produtivos representam 'uma oportunidade de retomar a agricultura na região'. “A gente precisa voltar a ter acesso a linhas de crédito e a condições para produzir de novo”, pontua Marcelo. Na plenária final, as contribuições dos eixos foram sintetizadas e encaminhamentos foram definidos.



Reunião dos Eixos Temáticos dos AGM no Vale do Aço Foto: Thiago Matos

Próximos passos e desafios

Os projetos discutidos ainda passarão por etapas de adequação até a publicação dos editais. A definição de quais propostas serão executadas dependerá da governança de cada anexo do Novo Acordo. Mesmo assim, a preparação coletiva é vista como estratégica para garantir que as comunidades atingidas assessoradas pela Aedas dentro do Programa Médio Rio Doce estejam prontas para disputar esses recursos.

PROGRAMA PARA MULHERES É CONQUISTA DAS ATINGIDAS!



Foi a primeira vez, em 10 anos, que as mulheres foram consultadas após o desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão

Reportagem: Camila Quintana

Entre os dias 1 de setembro e 20 de outubro mulheres atingidas de toda a Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba responderam, em seus territórios, ao formulário de consulta disponibilizado pelas Instituições de Justiça. Os espaços contribuem para a discussão a respeito das possíveis formas de utilização da verba de R\$ 1 bilhão, estabelecida no Novo Acordo Rio Doce para o Programa para Mulheres.

Nos territórios assessorados pela Aedas, a consulta foi realizada através de Seminário Temático. Ao todo, mais de 500 mulheres participaram da consulta coletiva que aconteceu em Ipatinga, para o Território 3; em Barra do Cuieté (Conselheiro Pena) para o Território 6; em



Mulheres atingidas em Ipatinga para responder ao formulário das IJs. Foto: Luciano Alvim

Itueta para o Território 7 e em Aimorés para o Território 8.

Com assessoramento técnico, as mulheres responderam questões de múltipla escolha que tratavam dos critérios a serem adotados para a contratação da Entidade Gestora do Programa, dos critérios de elegibilidade, e sobre as possibilidades de pagamentos individuais ou execução de projetos a partir do valor previsto.

Foi a primeira vez, em 10 anos, que as mulheres foram consultadas após o desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão.

“Esse momento de consulta é histórico por permitir a escuta

das mulheres atingidas e a construção colaborativa do Programa Para Mulheres. Isso é muito importante para a elaboração de um programa que visa atender mulheres diversas e com realidades muito diferentes umas das outras. Foi um espaço interessante para identificar também demandas que o programa não será capaz de atender, como a falta de acesso das mulheres quilombolas ao cadastro da Fundação Renova logo após o rompimento, e permitir a busca de possibilidades para resolver esses gargalos.”, destaca Ariana da Silva, da coordenação da equipe de Raça e Gênero.

Como vai funcionar?

O montante de um bilhão de reais do Programa para Mulheres será depositado anualmente durante 13 anos em Conta Judicial. Até então, foram depositados vinte milhões de reais referentes aos anos de 2024 e 2025. O pagamento da última parcela está previsto para 2036.

Parte do orçamento será usado para contratação de uma entidade gestora do recurso.

Marília Vieira faz parte da comissão de atingidos do T7, está entre os articuladores e é moradora da Ocupação de Itueta, onde também é uma das lideranças na luta por moradia.

“Dentro da reparação a participação das mulheres sempre foi decisiva. Nos GAAs, no grupo do MAB, as mulheres sempre são a maioria. Em todos os espaços de falas e decisão, por mais que não sejam voltados para mulheres, somos nós que estamos lá gritando pelos nossos pais, nossos avós, pelas nossas famílias, a gente sempre está correndo atrás para todos, para comunidade inteira, pra tudo que a gente acredita, esse lugar já é nosso.”, destaca.

Renem Ramesia, moradora e Itueta e integrante do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) fala do orgulho de ter participado de lutas.

“Pra mim é muito importante, porque antes as mulheres não tinham esta oportunidade e essa participação para decidir. Antes, os projetos já chegavam prontos, elas tinham que aceitar. Hoje, elas vão decidir o que fazer com a conquista que é o Programa para Mulheres. Isso prova que quando se organiza e luta, tem conquista”, destaca.



PONTOS REIVINDICADOS PELAS MULHERES ATINGIDAS DURANTE A CONSULTA:

A INSUFICIÊNCIA DO DINHEIRO DISPONIBILIZADO NO PROGRAMA DE MULHERES PARA REPARAR ÀS INJUSTIÇAS SOFRIDAS;

A NECESSIDADE DE PENSAR A REPARAÇÃO PARA AS CRIANÇAS, FILHOS E FILHAS DAS MULHERES ATINGIDAS MENORES DE 16 ANOS EM 5 DE NOVEMBRO DE 2015;

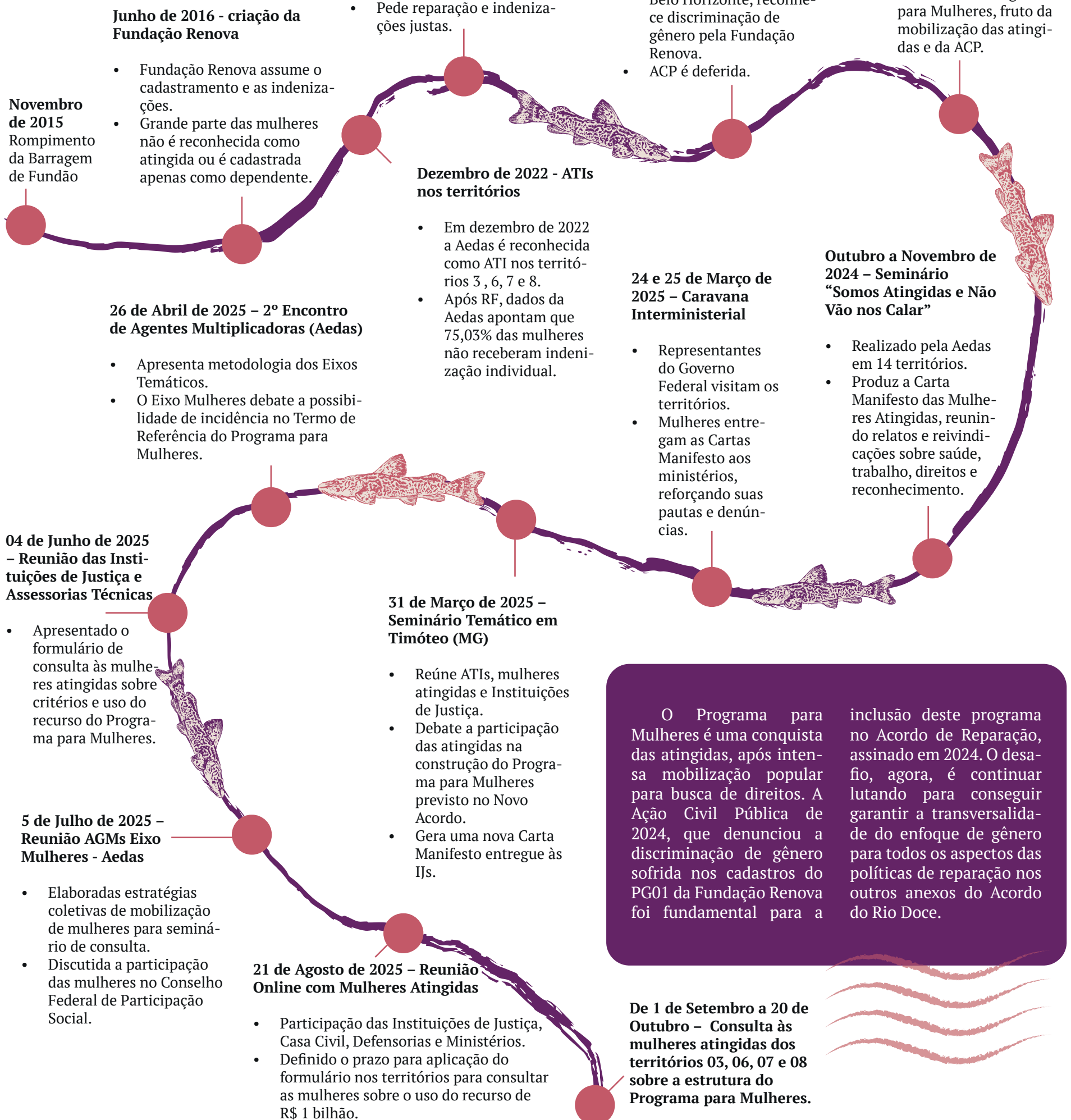


Nos territórios assessorados pela Aedas, a Consulta foi realizada através de Seminários Temáticos. Foto: Camila Quintana/Aedas

NOSSA HISTÓRIA, NOSSA LUTA, NOSSA REPARAÇÃO COM CONSULTA!



LINHA DO TEMPO LUTA DAS MULHERES ATINGIDAS NA BACIA DO RIO DOCE



Nossa história de mobilização não se rompe!



Aedas
Assessoria Técnica Independente | Médio Rio Doce

10 ANOS DE LUTA - ESSA HISTÓRIA
NÃO SE ROMPE -



ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE MARIANA COMPLETA 10 ANOS

Pessoas atingidas seguem lutando, com resiliência e esperança, por justiça e reparação integral

Thiago Matos com colaboração de Camila Quintana

O desastre-crime que resultou no rompimento da barragem de Fundão, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG), completa dez anos neste 5 de novembro. Considerado o maior desastre socioambiental da história do Brasil e o maior do mundo envolvendo barragens de rejeitos de mineração, o rompimento de Fundão marcou profundamente a vida de milhares de pessoas e deixou danos profundos ao longo da bacia do Rio Doce.

O colapso da estrutura da barragem de Fundão, de responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton, causou a morte de 19 pessoas, o

aborto de um bebê, deixou três vítimas ainda desaparecidas e diversos danos ainda não reparados.

Mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos foram lançados no meio ambiente, contaminando o rio Doce e seus afluentes, destruindo comunidades inteiras e seus modos de vida, além de ter alcançado o litoral brasileiro no Espírito Santo e na Bahia.

Desde então, famílias atingidas enfrentam uma década de dor, resistência e luta por direitos diante de uma reparação marcada por lentidão e sem a completeza da participação social.

Do desastre-crime às investigações

As investigações sobre as causas do rompimento começaram em 13 de novembro de 2015, conduzidas pelo Ministério Público Federal (MPF) e pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Inicialmente tratado como um “acidente”, o caso passou a ser reconhecido como um desastre-crime previsível: relatórios técnicos e documentos oficiais apontaram falhas graves no sistema de drenagem da barragem, omissão diante de alertas de risco e negligência por parte das mineradoras.

Ao longo dos anos, denúncias de órgãos públicos e estudos independentes reforçaram o caráter criminoso do rompimento e a responsabilidade das mineradoras.





ITAMAR, ESPERANÇA E FÉ NO QUE VIRÁ DO COLETIVO

devastado.

“A enchente chegou aqui no dia 8 de novembro. A gente salvou algumas coisas, mas o resto se perdeu. O solo ficou contaminado, as plantações morreram, e depois, com as enchentes de 2021 e 2022, acabou tudo de vez.” Hoje Seu Itamar sobrevive apenas com a aposentadoria.

Eu tinha propriedade, mas não tinha como tirar o sustento dela. Isso me doía.

Antes do rompimento da barragem de Fundão, Seu Itamar vivia do que a terra dava. Na chácara que mantém até hoje no Córrego do Café, em Belo Oriente, sua rotina girava em torno da agropecuária e da produção de frutas, legumes, leite e queijos. “Meu faturamento era excelente”. A renda diária chegava a R\$600 com a venda de leite e derivados. Era o sustento de casa e o orgulho de uma vida construída com o trabalho das próprias mãos.

Mas tudo mudou em novembro de 2015. Três dias depois do rompimento da barragem, a lama chegou ao local e transformou a paisagem fértil em um terreno

se sentimento veio com a organização popular. Em 2019, ele passou a integrar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e, junto à comunidade, começou a lutar por reconhecimento e por direitos. “A gente teve que provar que era atingido. Mesmo tendo propriedade na beira do Rio Doce. Foi com muita luta que conseguimos trazer a assessoria técnica independente. Com fé em Deus e com união, conseguimos algumas conquistas, mas ainda falta muito.”

Entre as pequenas vitórias, Seu Itamar destaca o acesso ao PTR Rural e a regularização de cadastros como o CAF. “Antes a gente não podia comprovar renda, e por isso não tinha direito. Só com a chegada da assessoria e do MAB é que conseguimos resolver. Agora pelo menos temos um alívio.”

A partir de 2018, começou a produzir mudas de plantas, primeiro para replantar, depois para vender. “Perdi mais de 700 mudas nas enchentes, mas recomecei tudo de novo. Hoje eu vendo minhas mudas lá no fundo da minha casa, no distrito de Cachoeira Escura. É o que ainda me mantém

de pé.” Para seu Itamar é a luta coletiva quem mantém viva a esperança por justiça e reparação. “Não existe conquista sem luta. Se não lutar, você não consegue nada. Tudo que eu tenho hoje foi com luta. E eu fico triste de ver amigos que não participam, porque se eles soubessem o valor disso, estariam junto.”



Com a firmeza de quem tem fé na vida e no que virá, seu Itamar conclui esperançoso: “Eu só consegui seguir em frente porque tive fé em Deus, bons amigos e uma assessoria que olha pela gente. Não há nada sem Deus e sem união. É isso que me dá força pra continuar lutando.”



MARÚ, INDÍGENA PELO DIREITO AO CHÃO DA VIDA

e a vida mudou. Não aceitamos o que aconteceu, porque foi um crime contra nós, contra a natureza e contra nossa cultura.”

Para Maru, o que mais marca esse longo processo é o cansaço de uma espera que parece não ter fim. “São dez anos de incertezas, de promessas. Essa espera prolongada traz preocupação, traz doença. A gente quer solução, quer que o nosso povo tenha futuro”.

Ela lembra, com emoção, o dia em que o povo indígena Puri da Bacia do Rio Doce foram reconhecidos oficialmente. “Foi um momento muito importante em Brasília. Até então, diziam que os povos indígenas da região não existiam. E nós mostramos que estamos vivos, que existimos e que resistimos. Aquilo foi uma vitória.”

Para o povo Purí, a reparação passa, antes de tudo, pelo direito ao território. Maru também fala sobre a importância da assessoria técnica indígena própria, prevista no Anexo 3 do Novo Acordo Rio

Doce. “Essa assessoria é essencial. Nós temos jovens capacitados, temos quem possa trabalhar e representar o nosso povo. Queremos participar com autonomia, construir soluções a partir da nossa visão. É o nosso direito, garantido pela consulta livre, prévia e informada.”

Não aceitamos o que aconteceu, porque foi um crime contra nós, contra a natureza e contra nossa cultura.

Ao longo desses dez anos, ela aprendeu que nenhuma conquista vem sem luta. “Nós lutamos incansavelmente. Muitas vezes

deixamos nossas casas, viajamos para longe, sem saber se iríamos voltar, só pra garantir que a voz do nosso povo seja ouvida. A luta já faz parte da nossa vida.”



No encerramento do seminário de mulheres atingidas, ela deixou uma mensagem firme, olhando para as outras mulheres atingidas, agricultoras, pescadoras, indígenas e ribeirinhas presentes: “Que as mulheres não deixem sua voz ser calada. Nós somos valorosas. Se continuarmos de pé, unidas, alcançaremos o que traçamos nesses anos de luta”.

GRAÇA, INDIGNAÇÃO, CORAGEM E LUTA CONTÍNUA

o tempo vai perdendo pessoas queridas. Mas, mesmo com as dificuldades, eu sempre as vi como estímulos para continuar lutando”, conta.

Não, o que vem sem luta não é conquista. A conquista é fruto da resistência e da busca pela equidade.

Entre o passar dos trens de carga e o apito dos de passageiros, conversamos com Maria das Graças Cruz Seriacó, mais conhecida por Dra Graça, na varanda de sua casa em Resplendor, no Leste de Minas Gerais. Aos 76 anos, voz firme e olhar sereno, ela carrega no semblante a sabedoria de quem fez da vida uma travessia de lutas e de conquistas.

“Eu sou Maria das Graças Cruz Seriacó, hoje, com 76 anos de vida bem vividos. Venho de uma família humilde, meu pai era lavrador, semianalfabeto, e minha mãe também. Somos sete irmãos. Já passei por muitas lutas. Às vezes a gente se entristece, porque com

A educação foi o primeiro campo onde doutora Graça semeou resistência. Atuou no magistério até a aposentadoria, depois, fez pedagogia e, já aposentada, formou-se em Direito movida pelo desejo de ver mais justiça no meu entorno.

Na época do rompimento, dra. Graça trabalhava como assessora jurídica da Prefeitura. “Deixamos

tudo para ajudar na distribuição de água mineral. Fui para as filhas, ajudar a organizar, acalmar as pessoas. O comércio parou, as escolas suspenderam as aulas, a área rural ficou isolada. Cada dia trazia uma nova dificuldade.”

Dez anos depois, ao lembrar o caminho percorrido, dra. Graça fala de derrotas e vitórias. “Negativamente, lembro das vezes em que saímos das reuniões desanimados, sem esperança. E ver laudos dizendo que a água estava ‘própria para consumo’ foi frustrante. Mas houve momentos de

força também: quando percebemos que sozinhos não somos nada. A coletividade manteve nossa luta viva. A tragédia uniu todos - diplomados e analfabetos, negros e brancos, ricos e pobres - com o mesmo objetivo: reconstruir a vida.”

Questionada se existe conquista sem luta, responde firme: “Não, o que vem sem luta não é conquista. A conquista é fruto da resistência e da busca pela equidade.”

Ao refletir sobre o tema que dá nome ao documentário lançado pela equipe de comunicação do Programa Médio Rio Doce da Aeddas, dra Graça reflete. “Essa frase significa continuidade. Nesses dez anos, crescemos em consciência social. Lembro de Santo Agostinho: ‘A esperança tem duas filhas, a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão, e a coragem nos move a transformá-las’. É isso que vivemos: nos indignamos, lutamos e seguimos transformando, passo a passo.”



GERALDO, O SOL DA LUTA QUE ILUMINA E DÁ UNIDADE

mudar tudo. A água ficou contaminada, o solo adoeceu. O que era área de plantio virou um terreno endurecido. E o pior foi a rejeição das pessoas ao que produzíamos. Ninguém queria mais comprar o que a gente produzia. Diziam: ‘ah, isso vem de lá da beira do Doce, tem veneno’. E tinham razão, a água estava mesmo envenenada. Contaminada”.

começaram a melhorar. “É a luta coletiva que dá sentido à reparação. Conquista sem luta, eu não conheço! Toda conquista vem da luta. E quando o povo se organiza e tem quem o oriente, tem voz. E essa voz faz diferença”, pontua Magela, com a firmeza de quem sabe que é o sol da luta que ilumina e dá unidade ao povo atingido, sem deixar que ninguém atrapa-

lhe a passagem dos que lutam por reparação.

Entre as conquistas, Seu Geraldo também destaca o Programa de Transferência de Renda (PTR). “O PTR veio pra corrigir uma injustiça. Ele ajuda quem foi mais atingido, quem perdeu a renda da terra. É um alívio pra quem vive da agricultura. Se não fosse ele, o caos era maior. A agricultura familiar é a salvação do país.

Mesmo que a gente produza pouco, é daqui que vem o alimento do povo. O que vai pra exportação não enche barriga de ninguém.”

Ao falar do futuro, ele mantém a esperança de ver o solo e o rio recuperados. “O que a gente quer é ver o Rio Doce limpo, o solo fértil como era antes. Quero poder

devolver pros meus filhos e netos a terra do jeito que recebi: viva e produtiva.”

Quando o povo se organiza e tem quem o oriente, tem voz. E essa voz faz diferença.

Mesmo após uma década, Seu Geraldo segue firme na luta sem deixar uns e outros melar, como canta Gonzaguinha. Participa das reuniões da Aeddas, do sindicato, MAB, e de todos os espaços de mobilização popular. “Eu tenho orgulho de participar. Qualquer lugar que tiver reunião, eu vou. Fui pra Resplendor, pra Ipatinga, pra Belo Horizonte, pra Brasília. Onde tiver luta, eu tô junto. Quero ver isso se resolver. Nós ainda vamos vencer”.



Há sessenta anos, Seu Geraldo Magela vive na mesma terra, às margens do Rio Doce, no município de Periquito (MG). Filho e neto de agricultores, construiu a vida dividido entre os trabalhos como advogado no Sindicato e a lida na roça.

“Sempre vivi da agricultura familiar. Trabalhava com a irrigação que puxava do Rio Doce. Plantava maracujá, feijão, milho e banana. Tinha um projeto bonito aqui”, recorda com um sorriso largo que quem já teve uma terra abundante e produtiva.

A tranquilidade do campo, no entanto, se perdeu em novembro de 2015. “Depois da lama, tive que



O dano ambiental gerou danos à renda e veio acompanhado da perda material. “A lama aterrou cercas, tubulações e a área de irrigação. Perdi quase tudo. Sobrou só o motor e uns tubos de irrigação que estavam mais aqui para cima do terreno. Para seu Geraldo Magela, foi a partir da luta que as coisas

NOVO ACORDO RIO DOCE: MARCO NA LUTA POR JUSTIÇA E REPARAÇÃO

A assinatura do novo acordo de reparação entre as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton e o poder público, homologado em novembro de 2024, representou um importante marco na luta das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

O caminho até a assinatura desta nova estrutura de reparação, no entanto, foi longo. O primeiro grande acordo após o rompimento, o TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta), foi firmado em março de 2016 e criou a Fundação Renova, responsável pela execução de 42 programas de reparação. Em 2018, o TAC-Gov buscou estabelecer um modelo de governança que garantisse a participação das pessoas atingidas. Na prática, porém, os compromissos firmados não se concretizaram como previsto.

A partir disso, iniciou-se as

discussões para um processo de repactuação do acordo, conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A Carta de Premissas foi assinada em 2021, e as negociações ocorreram no mesmo ano sem a participação das pessoas atingidas. Somente em 2022, entretanto, as pessoas atingidas foram oficialmente incluídas no escopo da repactuação, ainda assim, sem participação efetiva nas decisões que definem a forma como desejavam ser reparados.

Ainda que tenha sido construído sem a participação das pessoas atingidas, o Novo Acordo Rio Doce busca corrigir falhas da reparação anterior e garantir mais transparência no processo de reparação.

Com valor total de R\$ 132 bilhões, o acordo prevê investimentos em programas de saúde, saneamento, retomada econômica, educação, meio ambiente e apoio a povos e co-

munidades tradicionais. Parte dos recursos — R\$ 5 bilhões — será destinada ao Fundo de Participação Popular da Bacia do Rio Doce, uma conquista dos movimentos sociais que permitirá a criação de projetos construídos diretamente pelas comunidades atingidas.

Outro avanço importante é o reconhecimento de danos às mulheres atingidas, que terão R\$ 1 bilhão destinados a um Programa específico, resultado de mobilização das mulheres atingidas junto às Instituições de Justiça, com apoio das Assessorias Técnicas Independentes.

O novo acordo também garante a continuidade das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) por até quatro anos, reafirmando a importância do acompanhamento técnico, da participação informada e da escuta qualificada das comunidades.

Marcos e conquistas da organização popular

Mesmo diante da exclusão e da morosidade da reparação, a organização coletiva das pessoas atingidas e o trabalho dos movimentos sociais, garantiram marcos e conquistas importantes ao longo da última década. Entre elas, destacam-se:

- » Carta de Valadares, carta-reivindicação elaborada pelas pessoas atingidas durante encontro em Governador Valadares solicitando participação e denunciando violações e danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão;
- » Direto e a efetivação das Assessorias Técnicas Independentes em toda a bacia do Rio Doce;
- » Transparência na divulgação dos relatórios produzidos pela Aecom do Brasil sobre a contaminação de alimentos, peixes e da água do rio Doce;
- » Divulgação de valores indenizatórios e a correção de critérios de cálculo;
- » Direito ao reassentamento individual de diversas famílias em Mariana e Barra Longa;
- » Reconhecimento de comunidades do litoral norte capixaba como atingidas;
- » Reconhecimento do Povo Puri do leste de Minas Gerais, assessorado pela Aedas, como Povos Indígenas e Povos e Comunidades e Tradicionais atingidos dentro do processo reparatório;
- » Criação de Fundos reparatórios que contarão com a participação das pessoas atingidas;
- » Criação do Conselho Federal de Participação Social das Pessoas Atingidas da Bacia do Rio Doce;
- » Programa de Transferência de Renda (PTR-Rural e PTR-Pesca);
- » Programa de Reparação específico para as mulheres atingidas.

Essas vitórias, fruto da luta organizada pelo povo atingido, reafirmam que a busca por justiça segue firme. Uma década após o rompimento da barragem, as marcas do desastre-crime ainda permanecem nas casas e nos corações das pessoas atingidas, assim como também permanece a força de quem transformou dor em resistência.

A seção “Protagonistas da Reparação” deste especial ecoa as vozes das pessoas que seguem construindo o caminho da reparação com coragem, solidariedade, esperança e fé no que virá.



Calendário

CULTURAL

2025

Datas de Novembro

02. Dia de Finados

02. Dia de Omolu

Terreiros

05. 10 anos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana



O marco de dez anos não é apenas uma lembrança: é uma convocação. É sobre o passado, o presente, mas principalmente sobre o futuro. Para que cada pessoa atingida se reconheça na sua própria história e siga lutando para que rompimentos jamais se repitam.

15. Proclamação da República

18 a 27. Festa da Padroeira Nossa Senhora das Graças

Sobralia (Plautino Soares)

20. Dia da Consciência Negra



25. Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher

30. Dia da comunidade Evangélica

Conselheiro Pena, Resplendor e Aimorés

EVENTOS SEM DATA DEFINIDA

FEIRART – Iapu | Caminhada dos Terreiros de Umbanda – Iapu

Datas de Dezembro

04. Dia de Iansã

Terreiros

07. Início do trabalho das ATIs na Bacia do Rio Doce



O direito à Assessoria Técnica Independente foi uma conquista alcançada pelos atingidos e atingidas, fruto de uma intensa mobilização popular iniciada em 2016, mas só efetivada em dezembro de 2022 por decisão judicial.

08. Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição

Sobralia

08. Festa Imaculada da Conceição

Resplendor

10. Dia Internacional dos Direitos Humanos

13. Dia de Santa Luzia

Sobralia

13. Dia do Marinheiro

Terreiros

15. Instituída a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidos por Barragens (PNAB)

Desde 2023, pessoas atingidas lutam pela regulamentação da PNAB, a criação de órgão federal e fundo nacional dos atingidos e atingidas.

17. Aniversário da cidade

Conselheiro Pena

20. Abertura do Natal

Santana do Paraíso

21. Aniversário da cidade

Naque e Periquito



25. Natal

25. Dia de Oxalá

Terreiros



26. Festa do padroeiro Santo Estêvão

Iapu

27. Aniversário da cidade

Itueta

30. Aniversário da cidade

Sobralia

30. Aniversário

Distrito São Geraldo do Baixo/Periquito

AEDAS INICIA NOVO CICLO DE ATUAÇÃO EM BARRA LONGA COM FOCO NA REPARAÇÃO E PROTAGONISMO DAS PESSOAS ATINGIDAS

O projeto contempla frentes consideradas prioritárias pela população atingida, como moradia, saúde, participação popular e os direitos dos povos e comunidades tradicionais (PCTs)

Reportagem: **Emílio Pio**

A cidade de Barra Longa (MG), duramente atingida pelo rompimento da barragem de Fundão em 2015, vive um novo capítulo em sua trajetória de luta por justiça e reparação. A Assessoria Técnica Independente (ATI), realizada pela Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (Aedas), inicia um novo plano de trabalho no território, reafirmando o compromisso com a participação ativa e informada das pessoas atingidas nos processos de reparação.

A atuação da ATI em Barra Longa está alinhada ao Anexo 6 do Novo Acordo da Bacia do Rio Doce e se estrutura a partir de um plano de trabalho construído com base na escuta qualificada da população. O projeto respeita as formas de organização já existentes no território, como a Comissão Territorial de Atingidas e Atingidos de Barra Longa, e tem como objetivos principais:

- **Apoiar a participação das pessoas atingidas nos espaços de reparação;**
- **Facilitar a compreensão de conteúdos técnicos;**

Equipe técnica realiza formação multiprofissional. Foto: Cleiton Santos



- **Contribuir na organização das demandas comunitárias;**
- **Auxiliar na produção de documentos relacionados à reparação;**

Apoiar a apresentação dessas demandas às instituições responsáveis pelos processos de compensação, reparação e indenização.

A atuação da Aedas é pautada pela autonomia, transparência e compromisso com os direitos humanos e ambientais. Em Barra Longa, o projeto contempla frentes consideradas prioritárias pela população atingida, como moradia, saúde, participação popular e os direitos dos povos e comunidades tradicionais (PCTs).

Maria José de Souza, coorde-

nadora geral do projeto em Barra Longa, destaca o papel fundamental da ATI na mobilização e fortalecimento das comunidades:

“Temos que manter a população de Barra Longa bem informada, capacitando tanto a população quanto as lideranças, para que possam incidir sobre os órgãos públicos e exigir que os recursos da reparação sejam de fato aplicados em favor dos atingidos.”

Para dar início ao novo ciclo de atuação, a Aedas promoveu uma formação baseada na educação popular e na capacitação técnica de sua equipe, que hoje conta com 26 profissionais de diversas áreas, preparados para atuar junto às comunidades de forma comprometida e sensível às suas realidades.

Espaços participativos fortalecem a escuta e a construção coletiva em Barra Longa

Na metodologia de trabalho da ATI, os espaços participativos têm papel central na promoção da escuta qualificada e na construção coletiva das decisões. Entre esses espaços estão as reuniões da Comissão Territorial de Atingidas e Atingidos, Rodas de Diálogo, Visitas às comunidades entre outros.

“Nosso objetivo é garantir que as pessoas atingidas sejam ouvidas e que elas possam participar ativamente dos espaços de decisões que afetam suas vidas”, afirma Viviane Freitas, coordenadora de Participação Social da Aedas.

Viviane destaca que a equipe mantém canais de comunicação constantes com a população atingida: “Todos os dias recebemos contato das pessoas do território, seja por mensagens, ligações telefônicas ou visitas presenciais. Nossa equipe está sempre pronta para atender, responder dúvidas e orientar com todas as informações necessárias.”

Ela reforça que a presença territorial da Aedas é essencial para garantir que as pessoas estejam informadas sobre o Novo Acordo de Reparação e sobre seus direitos.

A coordenadora multidisciplinar Roseny de Almeida explica que a equipe da ATI é composta por profissionais das áreas de direito, saúde, arquitetura, ciências sociais e acompanhamento de povos e comunidades tradicionais. Essa diversidade técnica contribui para o encaminhamento das demandas, com embasamento e sensibilidade às especificidades locais.

Reunião sobre o Programa para Mulheres. Foto: Aedas Barra Longa



RODAS DE DIÁLOGO SOBRE O PROGRAMA PARA MULHERES E MORADIA TEMPORÁRIA

Entre setembro e outubro de 2025, a Aedas, no município de Barra Longa, realizou rodas de diálogo com foco no Programa para Mulheres, que prevê R\$ 1 bilhão para a reparação dos danos discriminatórios causados às mulheres da Bacia do Rio Doce. Os encontros abordaram critérios de inclusão, formas de pagamento e prioridades, além de orientar a Comissão Territorial de Atingi-

das e Atingidos no preenchimento de um formulário que foi encaminhado às Instituições de Justiça em 7 de outubro de 2025. O Programa está sob a coordenação do Núcleo de Acompanhamento de Reparções por Desastres (NUCARD), responsável por definir a aplicação dos recursos.

No dia 10 de setembro, uma roda de diálogo foi dedicada à temática da moradia, com foco

nos núcleos familiares em situação de moradia temporária. Apesar de diversos problemas habitacionais no território — como trincas em imóveis causadas pela circulação constante de caminhões — a situação das famílias deslocadas, que vivem em imóveis alugados, é especialmente preocupante. A cobertura dos aluguéis, garantida pela empresa responsável até dezem-

bro de 2025, gera insegurança quanto ao futuro habitacional dessas comunidades.

Diante desse cenário, a ATI está elaborando um Parecer Técnico com base em diagnóstico das condições de moradia e nos relatos das famílias atingidas. O documento visa qualificar o debate e subsidiar a construção de soluções que assegurem o direito à moradia digna e segura.

Primeiro Encontro das Comunidades Quilombolas da Rede de Saberes dos Povos Quilombolas (SAPOQUI). O evento foi realizado no Quilombo de Gesteira.



“ Os encontros abordaram critérios de inclusão, formas de pagamento e prioridades do Programa para Mulheres

SAÚDE E POVOS TRADICIONAIS DE BARRA LONGA: AÇÕES INTEGRADAS E ESCUTA TERRITORIAL

A saúde das pessoas atingidas é outra frente prioritária da atuação da ATI. A equipe da área tem acompanhado as reuniões do Conselho Municipal de Saúde de Barra Longa, contribuindo com reflexões sobre os impactos do rompimento da barragem no adoecimento físico e mental da população. Também acompanhou atividades como a “Oficina de Editais do Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco”, promovida pelo Fundo Baobá, e da pesquisa sobre Conflitos Socioambientais e Saúde Mental no Quilombo de Gesteira.

No eixo de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), a equipe realizou visitas técnicas às comunidades: Comunidade Quilombola de Gesteira, Comunidade Quilombola de Barreto,

Comunidade Quilombola de Barro Branco, Comunidade Quilombola e Ribeirinha Volta da Capela, e a Aldeia Indígena Takruk-Mah Krapok (Comunidade São Gonçalo), do povo Borum-Kren.

As visitas tiveram como objetivo escutar as histórias de vida e as formas de organização de cada comunidade, identificar as principais demandas relacionadas à reparação e apresentar a atuação da ATI no território. A equipe observou que, embora as comunidades tenham demandas diversas, há consenso sobre a importância de que as reuniões com os PCTs ocorram de forma específica por comunidade, respeitando suas identidades e modos de vida. As comunidades também sugeriram atividades voltadas à discussão sobre seus direitos e ao acesso às políticas

públicas de saúde, educação e outras áreas essenciais.

Além das visitas presenciais, foram realizadas reuniões virtuais com representantes da Aldeia Takruk-Mah Krapok, incluindo o Cacique Danilo, do povo Borum-Kren. Os encontros buscaram aprofundar o entendimento das demandas locais, especialmente sobre participação em editais e ações de fortalecimento do pertencimento indígena, como oficinas tradicionais. Na Comunidade Quilombola e Ribeirinha de Volta da Capela, estão sendo construídos diálogos para que a própria comunidade apresente seu Protocolo de Consulta à equipe da ATI, garantindo o reconhecimento de suas formas de organização interna.

A equipe também tem acompanhado e apoiado tecnicamente atividades voltadas ao fortaleci-

mento das comunidades, como o Festival Fala Quilombo, realizado em Itabira, que reuniu quilombolas e indígenas da Bacia do Rio Doce, entre eles os povos Pataxó e Borum-Kren. Também foi prestado apoio à inscrição de representantes quilombolas em editais voltados ao desenvolvimento de lideranças negras.

A Aedas reafirma seu compromisso de caminhar ao lado da população de Barra Longa, contribuindo para que a reparação ocorra de forma participativa, transparente e centrada no protagonismo das pessoas atingidas. Para mais informações, entre em contato pelo e-mail atibarralonga@aedasmg.org ou visite o escritório da Aedas em Barra Longa, localizado na Rua Primeiro de Janeiro, 275, em frente ao posto de gasolina.

MAPEAMENTO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MÉDIO RIO DOCE: DA INVISIBILIDADE AO RECONHECIMENTO

Os povos e comunidades tradicionais do Rio Doce lutam para serem reconhecidos como povos “tradicionais-atingidos”

Texto: **Gabriela Azevêdo**, Coordenadora de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)

A Aedas desenvolveu uma metodologia de mapeamento que atualmente conta com 35 povos e comunidades tradicionais identificados e georreferenciados. Os povos e comunidades tradicionais do Rio Doce lutam para serem reconhecidos como povos “tradicionais-atingidos” e possam ter direito à uma reparação integral e justa.

Segundo o Decreto 6040/2007, os povos e comunidades tradicionais são **“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam**

e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Decreto N.6040/2007).

Três características muito importantes dos povos e comunidades tradicionais são: o seu vínculo com o território, sua forma de organização social própria e suas formas de produção. As relações estabelecidas entre esses grupos com as terras que tradicionalmente ocupam e o seus recursos naturais fazem desses lugares mais que “apenas terra” ou meramente uma propriedade.

Como funciona o mapeamento de PCTs da Aedas?

O mapeamento se inicia com o cruzamento de dados do IBGE, da Fundação Cultural Palmares, de pesquisa documental e bibliográfica, juntamente com extensa

pesquisa de campo.

Após reunir informações sobre a comunidade, a Aedas faz uma visita para estabelecer um primeiro contato e conversar com suas lideranças. Então, é marcado uma reunião de apresentação do trabalho da assessoria para a comunidade. Depois, se inicia o trabalho de mobilização e construção dos espaços participativos.

Dentre os povos e comunidades tradicionais mapeados até o momento há uma grande diversidade: tem comunidades quilombolas, dezenas de coletivos de pescadores tradicionais, povos indígenas puri, ribeirinhos e ilheiros, povos de terreiro, congados, pomeranos, areeiros e carroceiros. Tem quilombo que está no território há 200 anos, antes mesmo da fundação de seus municípios vizinhos.

Abaixo, apresentamos o quadro do mapeamento pela equipe técnica da Aedas, com dados atualizados em outubro de 2025.

O respeito ao tempo próprio das comunidades e aos processos de autoidentificação coletiva faz com que a metodologia de mapeamento desenvolvida pela Aedas seja contínua e esteja em constante atualização.

Após nove anos de luta, em setembro de 2024, os Puri do Leste de Minas contaram com o assessoramento da Aedas e foram reconhecidos como tradicionais-atingidos pelo Comitê Interfederativo (CIF). Os danos sofridos pelas comunidades Puri com o rompimento da Barragem de Fundão foram reconhecidos e garantido o direito à reparação dessas comunidades, a partir do Anexo 3, do Novo Acordo da Repactuação.

Apesar da vitória, comemorada pelas comunidades e fruto dos muitos anos de luta do povo e do apoio técnico da assessoria, dezenas de outros povos e comunidades tradicionais ainda seguem na luta por reconhecimento e reparação dos seus modos de vida tradicionais. A Aedas segue na luta junto com o povo!

Mapeamento dos PCTs no Médio Rio Doce

Comunidades Quilombolas

Comunidade Quilombola de Ilha Funda - Periquito

Comunidade Quilombola Esperança - Belo Oriente

Comunidade Quilombola Córrego do 14 - Naque

Comunidade Quilombola Achado dos Pretos - Santana do Paraíso

Comunidade Quilombola Alto do Galo - Belo Oriente

Povos Indígenas Puri

Ã Pukiu Puri - Resplendor, Itueta e Conselheiro Pena

Krim Orutu Puri (Comunidade e Aldeia) - Resplendor e Itueta

Txeminára Uchô Betlháro Puri - Aimorés e Resplendor

Comunidades Ribeirinhas e de Ilheiros

Comunidade Ribeirinha Vila Crenaque - Resplendor

Comunidade Ribeirinha de Barra do Cuieté - Conselheiro Pena

Comunidade Ribeirinha de Santo Antônio do Rio Doce (Mauá de Minas) - Aimorés

Comunidade Ribeirinha do Distrito de Tabaúna - Aimorés

Comunidade Ribeirinha de Santo Cristo - Itueta

Coletivo de Ilheiros e Ribeirinhos - Conselheiro Pena

Povos de terreiro

Centro Africano Ogum Guerreiro - Ipatinga

Terreiro de Umbanda Ancestrais da Fé - Ipatinga

Comunidade Tradicional Terreiro de Umbanda Ilê Axé de Ogum - Ipatinga

Centro Espírita de Umbanda Oxóssi Caçador - Ipatinga

Tenda Espírita Povo de Angola - Resplendor

Terreiro Bakise Maza Angaia - Santana do Paraíso

Outros povos e comunidades tradicionais

Congado do Brauninha Belo Oriente

Coletivo de Areeiros e Carroceiros - Conselheiro Pena

Congado do Ipaneminha - Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário - Ipatinga

Pomeranos da Vila Neitzel Itueta

Coletivo de Pescadores

Comunidade Tradicional de Pescadores e Ribeirinhos da Represa e do Travessão - Aimorés

Coletivo de Pescadores Artesanais de Ipaba do Paraíso - Santana do Paraíso

Colet. de Pescadores Artesanais de Cachoeira Escura - Belo Oriente

Comunidade de pescadores e garimpeiros artesanais de Cuieté Velho - Conselheiro Pena

Coletivo de Pescadores Artesanais de Senhora da Penha - Fernandes Tourinho

Coletivo de Pescadores da Barra do Manhuaçu - Aimorés

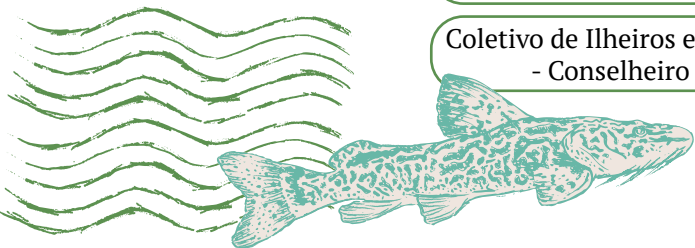
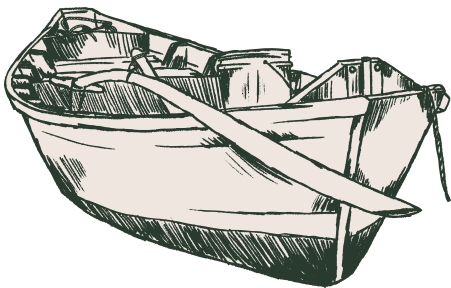
Coletivo de Pescadores Artesanais de Pedra Corrida - Periquito

Coletivo de Pescadores Artesanais da Ilha do Rio Doce - Caratinga

Coletivo de Pescadores Artesanais Itueta

Coletivo de Pescadores Artesanais Resplendor

Coletivo de Pescadores Artesanais Conselheiro Pena



PESSOAS ATINGIDAS PARTICIPAM DE CONFERÊNCIAS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PARA MULHERES

As Conferências são espaços importantes para o debate e sugestão de políticas públicas.

Matéria: **Luciano Alvim**

O ano de 2025 tem sido um ano importante para a garantia pelo direito à participação e governança das pessoas atingidas na Bacia do Rio Doce. Além do lançamento e posse do Conselho Federal de Participação Social, desde o mês de maio, as pessoas atingidas assessoradas pela Aedas participaram de diversas reuniões, entre pré-conferências e conferências a nível municipal, estadual e nacional.

As Conferências são espaços importantes para o debate e sugestão de políticas públicas. Algumas delas, como Conferência Regional de Política para as Mulheres, realizada em Governador Valadares/MG, em 18 de julho, contou com um sistema de votação para escolha das representantes da etapa estadual.

Nessa ocasião, a atingida Edith Aparecida de Moura, do município de Naque, assessorada pela Aedas, foi eleita delegada, garantindo sua participação na Conferência Estadual, que aconteceu em Belo Horizonte entre os dias 27 e 29 de agosto.

A 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres aconteceu entre os dias 29 de setembro e 01 de outubro, em Brasília/DF. Na etapa nacional, a Conferência contou a presença do presidente Luis Inácio Lula da Silva e a Ministra das Mulheres Márcia Lopes, além de diversas outras ministras.

Cerca de 4 mil mulheres delegadas também se debruçaram sobre moções de apoio ou repúdio, que precisavam contar com assinatura de 10% do

número de delegadas presentes.

Edith Moura apresentou moção de “Apoio à luta das mulheres atingidas por barragens/crimes ambientais e por mais mulheres atingidas nos espaços de formulação de políticas públicas, conselhos, instâncias de reparação e conferências”, que foi aprovada pelas delegadas presentes.

“

A participação na conferência foi excelente, amei ter novas experiências, novos aprendizados que pude trazer não só para o meu território, mas também para toda a bacia do Rio Doce. Tivemos os eixos temáticos, discutimos como a gente vai proceder nesse projeto nosso de construção, de reconstrução. É só através da participação é que conseguiremos alcançar nossos objetivos.

Edith Moura, atingida de Naque/MG

Conferências Municipais de Assistência Social

No eixo de Assistência Social, foram oito reuniões assessoradas pela Aedas, em sete cidades, Ipatinga, Caratinga, Santana do Paraíso, Belo Oriente, Periquito, Fernandes Tourinho e Bugre.

A metodologia das Conferências Municipais variou de acordo com a demanda de cada cidade, mas boa parte das reuniões teve como foco a apresentação ou reforço do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, que está presente em todo Brasil, e tem como objetivo a articulação entre esforços e recursos dos municípios, estados e União para financiar e executar a Política Nacional de Assistência Social.

As reuniões também contaram com debates sobre projetos a serem realizados nas cidades.

A atingida Renata Rodrigues, da Ilha do Rio Doce, foi



Mulheres atingidas fortalecem esferas de participação. Foto: Aedas

eleita como delegada para representar o município na Conferência Regional. Renata falou da realidade do distrito, que fica a mais de 100 km de distância da sede de Caratinga: “não temos visto a efetivação das políticas do SUAS dentro do meu distrito, onde a realidade é de múltiplas marginalizações.” Renata pediu ainda que o SUAS fosse implementado no distrito, e que o debate fosse inserido nos eixos de discussão. Após a discussão por eixos, foi aprovada a implementação do CRAS volante para atender os usuários da zona rural e das comunidades distantes do centro da cidade como Ilha do Rio Doce, Cordeiro de Minas, entre outras.

Saúde (Belo Oriente, Santana do Paraíso, Periquito, Iapu e Itueta)

As Conferências de Saúde têm como objetivo garantir a participação social, discutindo e aprovando as diretrizes para o SUS, e eleger representantes para o Conselho de Saúde de cada município. A Aedas esteve presente em reuniões realizadas em Santana do Paraíso, Belo Oriente, Periquito, e Iapu.

A Conferência Municipal de Saúde em Periquito, realizada em 10 de junho, contou com a presença de oito atingidos assessorados: Maria Madalena e Efigênia Izabel representando Quilombo Ilha Funda, Silvana Damasceno e Moisés Gomes pelo Assentamento Liberdade, Lucimar Vieira e Cristiana Almeida do distrito de Pedra Corrida, Vanda Lúcia de Serraria e Jandir Arcanjo da sede do município.

Élida Cândido, coordenadora da equipe de Área Temática de Saúde no Programa Médio Rio Doce da Aedas, falou sobre as Conferências em Saúde Municipais e Estaduais. “No novo acordo, os espaços dos conselhos, que são espaços de controle social, serão os responsáveis por acompanhar as ações relacionadas à saúde. E as conferências são um espaço de deliberação e um espaço consultivo muito importante para o povo estar engajado nas ações de saúde do seu território.”, finaliza.

Contribuição: equipes de Áreas Temáticas de Saúde; Raça e Gênero; Situações de Vulnerabilidade e equipes de Mobilização.

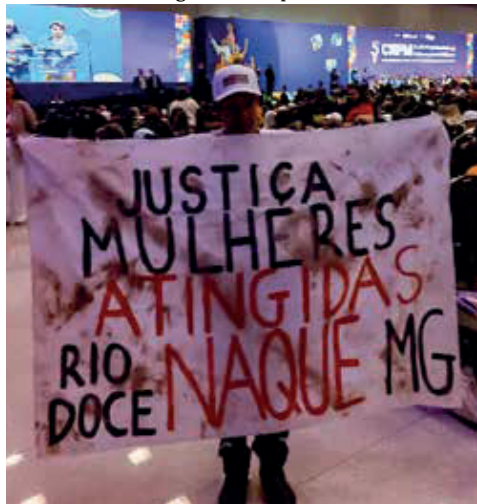
“

Temos que ver a efetivação das políticas do SUAS dentro do meu distrito, onde a realidade é de múltiplas marginalizações.

Renata Rodrigues, atingida de Ilha do Rio Doce, Caratinga



Edith Moura. Atingida de Naque.





Você faz parte
da luta de um povo inteiro
por reparação.